



Senado analisa divulgação de beneficiários de renúncia fiscal

Plenário pode concluir amanhã a votação de projeto que permite tornar públicos os nomes de quem recebe isenção. Falta votar destaque que restringe a divulgação a empresas

Um projeto que autoriza o poder público a divulgar os nomes dos beneficiários de renúncias de receitas abre a pauta do Plenário amanhã. O texto já foi aprovado pelos senadores, mas falta votar um destaque que

limita o alcance da proposta. O projeto original, de Randolfe Rodrigues, prevê a divulgação de todos os beneficiados, sejam eles empresas ou pessoas físicas. Mas um destaque proposto por Lúcia Vânia restringe essa divulgação a empresas.

A senadora argumenta que decidiu retirar as pessoas físicas em função do risco de violação do sigilo dos cidadãos. Randolfe, no entanto, defende o texto original, que, para ele, seria “a mais importante regra de transparência dos últimos anos”. 3

Congresso Nacional terá sessão amanhã para análise de vetos

O Congresso deve se reunir amanhã para analisar o veto integral ao projeto que federaliza trecho de 161 quilômetros da rodovia entre as cidades de Bom Jesus

(RS) e Bom Retiro (SC) e o veto parcial a projeto sobre empresas de tecnologia da informação. Também podem ser votadas propostas ligadas ao Orçamento da União. 3

Plenário do Congresso deve analisar dois vetos de Temer e textos ligados ao Orçamento da União



Reque de Sói/Agência Senado — 2/5/2018

Nesta edição, encarte sobre 100 anos de Athos Bulcão



Paim (C) comanda o debate sobre justiça social, representatividade e eleições

País precisa eleger mais negros e mulheres, concluem debatedores

Convidados de debate na Comissão de Direitos Humanos, na sexta-feira, disseram que a eleição de mais mulheres e negros vai contribuir para a redução dos problemas sociais do país. Segundo uma das debatedoras, os presídios

brasileiros compõem um retrato da situação de desigualdade: 74% do sistema carcerário é constituído por negros. Nos últimos anos, houve aumento de 683% de mulheres encarceradas. Dois terços delas são negras. 2

Gerardo Magela/Agência Senado

Concurso premiará melhores aplicativos para visitação

O Senado e a Câmara dos Deputados lançaram na Campus Party Brasília, na sexta-feira, um concurso que convida os internautas a desenvolver um aplicati-

vo móvel para tornar a visitação ao Congresso mais dinâmica e interativa. O Desafio VisitApp premiará os três melhores aplicativos inscritos. 2



Kleyciane Ferreira apresenta pré-ideia de aplicativo na Campus Party

Edilson Rodrigues/Agência Senado

ARQUIVO S

Há 80 anos morria Lampião, o bandido mais temido do país

Documentos dos Arquivos do Senado e da Câmara mostram que parlamentares tentaram incluir na Constituição de 1934 artigo que obrigasse o governo federal a ajudar estados do Nordeste no combate ao cangaço. 4



Governo da Bahia ofereceu recompensa a quem capturasse o cangaceiro

Reprodução

Comissão Senado do Futuro aborda primeira infância

Políticas públicas voltadas para a primeira infância, preservação do ambiente familiar, garantias para uma educação de qualidade e atenção básica à saúde para as crianças, do nascimento aos 6 anos de idade, serão algumas das

questões discutidas hoje em audiência pública na Comissão Senado do Futuro. É o oitavo debate do ciclo “2022: o Brasil que queremos”. Presidido por Hélio José, o colegiado vai ouvir professores da UnB e especialistas da área. 3

Todos devem participar da política, conclui debate

Especialistas ouvidos na sexta-feira pela Comissão de Direitos Humanos disseram que mais mulheres e negros devem participar das eleições como forma de diminuir as desigualdades sociais do país

A ELEIÇÃO DE mulheres e negros não beneficia apenas as minorias, mas a população como um todo, afirmaram os convidados de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na sexta-feira. A reunião, requerida por Paulo Paim (PT-RS), discutiu justiça social, representatividade e as eleições de 2018.

— Muitas pessoas dizem: não vou votar nesse candidato porque ele só vai defender as questões dos negros. Enganam-se. Quando o parlamentar negro faz uma lei, é em benefício de todo o povo brasileiro — disse o senador.

Militante do Movimento de Mulheres do Instituto da Cidadania Maria Anieli, Nayara Costa falou sobre a importância de se elegerem candidatos preocupados com causas sociais.

— É preciso que mulheres e homens negros estejam no Congresso para falar sobre economia, habitação, saúde. A desigualdade atinge toda a população, independentemente de ser branco, rico, negro ou pobre. Quanto mais pessoas estiverem na faixa de



Mariana fala sobre presídios em debate dirigido por Paim (3º à esq.)

pobreza ou miséria, mais a violência vai aumentar, atingindo a todos — afirmou.

Presídios

Para a presidente da Associação Humanizando Presídios, Mariana Rosa, o sistema carcerário é um retrato das desigualdades sociais sofridas por mulheres, negros e LGBTs no país.

— Nos últimos anos, houve um aumento de 683% de mulheres encarceradas, sendo 64% mulheres negras. Essas mulheres não têm apoio da família e muitas vezes buscam em outras mulheres encarceradas um relacionamento afetivo. Além disso, 74% do sistema carcerário é constituído por negros. Desses negros,

80% são pobres — disse.

A secretária-executiva da ONG Elas por Elas, Lia Lopes, disse que o país só terá futuro se todos pensarem em desenvolvimento e redução das desigualdades sociais. Para que isso aconteça, disse, é preciso que haja uma mudança significativa nos três Poderes. Segundo ela, os candidatos deveriam apresentar pautas sobre reparação histórica, garantia de direitos e democracia.

— Não podemos negligenciar que nosso país tem uma dívida com negros, mulheres e jovens. No último ano, as secretarias voltadas para as ações sociais se converteram em departamentos e foram desestruturadas — afirmou.

Congresso lança concurso para aplicativo de visitaço

O Senado e a Câmara dos Deputados lançaram na sexta-feira, durante a Campus Party Brasília 2018, o Desafio VisitApp. Idealizado pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Comunicação do Senado, o desafio é um concurso que convida os internautas a desenvolver um aplicativo móvel com o objetivo de tornar a visitaço ao Congresso mais dinâmica e interativa, mesmo para quem estiver em casa, por meio de passeio virtual.

Os aplicativos devem ser compatíveis com as plataformas Android e iOS, podendo ser usados recursos como gamificação, realidade virtual,

realidade aumentada e câmera 360º, entre outros.

Uma comissão julgadora escolherá os três melhores aplicativos, que ganharão R\$ 15 mil (1º lugar), um notebook (2º lugar) e R\$ 5 mil (3º lugar).

Durante o lançamento do Desafio na Campus Party, a estudante Kleyciane Ferreira ganhou um leitor eletrônico por ter apresentado a melhor pré-ideia de aplicativo. Ela sugeriu que, com recursos de gamificação, todas as áreas do Congresso e o processo legislativo sejam explicados por interação virtual, com pistas e premiações aos visitantes.

As inscrições já podem ser

feitas no site www.congresso-nacional.leg.br/desafio, gratuitamente, usando o formulário disponível.

Podem concorrer trabalhos individuais, por equipe ou inscritos por empresa. Cada proponente poderá apresentar até dois trabalhos. O prazo final para as inscrições é 28 de setembro, às 18h (horário oficial de Brasília).

O resultado final será divulgado até o dia 23 de novembro. Os concorrentes poderão ter acesso ao parecer sobre seu trabalho, por meio do e-mail desafiovisitapp@senado.leg.br. A data prevista para a premiação é 7 de dezembro.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão sem votação, destinada a discursos e avisos da Mesa.

CSE Primeira infância

18h Audiência sobre políticas para a primeira infância. Entre os convidados, professores da Universidade de Brasília.

CI Política pública

9h Após 9 itens, análise de proposta de trabalho para avaliação de políticas públicas.

ESTATUTO DO TRABALHO Contribuição

9h Audiência para debater contribuição sindical no Estatuto do Trabalho.

MP 832/2018 Transporte de cargas

9h30 Audiência para discutir a política de preços mínimos do transporte rodoviário de cargas. Às 14h30, análise de relatório.

CAE Dados pessoais

10h Entre 18 itens, o PLS 330/2013, que estabelece regras de proteção de dados pessoais.

CRA Garantia Safta

11h Audiência para avaliar o programa Garantia-Safta. Entre outros, está convidado representante do Tribunal de Contas da União.

CONGRESSO Sessão solene

11h Homenagem ao centenário de nascimento do artista plástico Athos Bulcão.

CE Controle biométrico em estádios

11h30 O PLS 272/2017, que torna obrigatória a catraca com controle biométrico para acesso em estádios de futebol, é um dos 20 itens.

CMA Agricultura sustentável

11h30 Na pauta, o PLS 353/2017, que estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável, e mais 11 itens.

MP 830/2018 Fim do Fundo Soberano

14h30 Análise do plano de trabalho.

MP 837/2018 Policiais rodoviários

14h30 Análise do relatório.

MP 829/2018 Extensão de contratos

14h30 Análise do relatório

CONGRESSO Sessão conjunta

19h Análise de vetos e propostas orçamentárias.

QUARTA

CAS Balanço da Anvisa

9h Audiência com o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Jarbas Barbosa, para apresentar balanço das atividades desenvolvidas pelo órgão. Depois, pauta de 18 itens.

CDR Exploração de petróleo e gás

9h Audiência para debater o atual modelo de produção e exploração de petróleo e gás natural e os impactos sobre o financiamento das políticas públicas.

CMO Orçamento

10h/10h30/14h/18h Reuniões para tratar do Orçamento.

CCJ Conselhos tutelares

10h Entre 22 itens, o PLS 631/2011, que altera processo de escolha dos membros e funcionamento dos conselhos tutelares.

CARTÕES DE CRÉDITO Relatório final

10h05 Apresentação e votação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito.

CE Alunos com deficiência

10h30 Audiência para discutir o PLS 278/2016, que define atividades de apoio a alunos com deficiência.

CTFC Balanços de precisão

11h Na pauta de 5 itens, o PLS 21/2017, que torna obrigatória a disponibilização de balanços de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores.

MP 838/2018 Subsídio para óleo diesel

11h Audiência com representantes dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, da Petrobras e da ANP. Às 15h, debate com engenheiros e professores, entre outros.

CDH Brinquedos adaptados

14h O PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings, é um dos 29 itens.

QUINTA

CMO Orçamento

9h30 Reunião sobre o Orçamento 2019.

CMO/CAS Ministro da Saúde

10h Audiência com o ministro da Saúde, Gilberto Occhi, para apresentação do relatório do primeiro quadrimestre de 2018 do Sistema Único de Saúde.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário retoma votação sobre renúncia fiscal

Senado deve avaliar amanhã destaque a projeto que permite a divulgação de nomes de beneficiados com renúncias de receita. Inclusão de pessoas físicas divide senadores

O PLENÁRIO DEVE retomar amanhã a votação de um projeto de lei do Senado que autoriza o poder público a divulgar os nomes dos beneficiários de renúncias de receitas da União.

O texto (PLS 188/2014 — Complementar), do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi aprovado no dia 12 de junho, mas a Casa ainda precisa votar um destaque que limita o alcance da proposta. O projeto original prevê a divulgação de todos os beneficiados, sejam eles empresas ou pessoas físicas. Mas o destaque, proposto por Lúcia Vânia (PSB-GO), restringe a divulgação a empresas.

Hoje o Código Tributário Nacional proíbe a divulgação de informações sobre a situação econômica ou financeira dos cidadãos e sobre a natureza e o estado de negócios e atividades deles, com algumas exceções. O projeto de Randolfe cria uma nova exceção para permitir a divulgação de todos os beneficiários de renúncias de receitas. Empresas e cidadãos poderiam ter as informações reveladas. Para o senador, seria “a mais importante regra de transparência dos últimos anos”.

— Um dos maiores atos indiretos de corrupção por parte do poder público é conceder isenções fiscais sem a divulgação de quem foi beneficiado. É um princípio elementar de transparência: conhecer quem recebe favores fiscais do Estado possibilitará saber como funciona a estrutura tributária e a concentração de renda no Brasil. Hoje é impossível fazer



Lídice da Mata, Randolfe, Jucá e Eduardo Braga conversam no Plenário: autor busca acordo para garantir votação

um levantamento sobre quem são os mais ricos, porque não é possível ter conhecimento desses dados — argumenta.

Relatora do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lúcia Vânia apresentou um parecer favorável ao texto, mas recomendou alterações para restringir seu alcance. Pelo texto da senadora, a Receita Federal só poderia divulgar informações sobre incentivos ou benefícios tributários setoriais concedidos a pessoas jurídicas. As pessoas físicas seriam preservadas.

— Optamos por retirar as pessoas físicas em função do risco de violação do sigilo dos cidadãos. Há renúncia de receita, por exemplo, para mutuários do Minha Casa, Minha Vida, para famílias que pagam taxas mais baixas de energia. Seria uma lista interminável

revelar o nome de todos. O risco [de corrupção] se esconde na pessoa jurídica, e não na física. São esses benefícios que podem distorcer o princípio da isonomia — disse Lúcia Vânia.

Lucros e dividendos

No Plenário, os senadores votaram primeiro o texto-base do projeto. Um destaque de bancada apresentado pelo líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), obrigou a votação do relatório de Lúcia Vânia como um destaque em separado, o que deve ocorrer nesta semana.

Lindbergh defendeu a aprovação do texto original. Ele classificou como “um dos escândalos nacionais” a isenção de tributos a pessoas físicas:

— Estamos falando do andar de cima. Um exemplo: isenção de tributação de lucros e dividendos. A carga tributária

de uma pessoa ou família até dois salários mínimos é de 48% do salário. Mas, para multimilionários, gente que ganha acima de 160 salários mínimos, sabe de quanto é a tributação de IR? Apenas 6,1%, porque um bocado de gente consegue isenção de lucros e dividendos. Estamos tirando dos pobres para dar aos ricos.

O líder do governo, Romero Jucá (MDB-RR), rebateu, criticando o alcance “genérico” do projeto original:

— A emenda [de Lúcia Vânia] é fundamental, sob pena de termos de publicar todas as concessões de ganho de caderneta de poupança de todos os brasileiros e outras informações de pessoa física. Não tem sentido.

Randolfe e Lúcia Vânia tentam fechar um acordo que possibilite a votação amanhã.

Uma opção seria autorizar a Receita a divulgar dois tipos de informações: pessoas jurídicas beneficiárias de incentivos tributários e pessoas físicas isentas de IR sobre lucros obtidos com empresas e dividendos recebidos como acionistas.

— Algum agente empresarial pode ter isenção de lucros e dividendos sem que a sociedade saiba. A concessão desse benefício vai para empresas, mas também para cidadãos. Se conseguirmos a divulgação de lucros e dividendos de pessoas físicas, eu já me daria por satisfeito — afirmou Randolfe.

Lúcia Vânia disse concordar com a sugestão do autor, mas avaliou que a proposta pode se tornar “inócua”, sem efeito prático. Isso porque os lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas não são considerados incentivos fiscais. Embora o beneficiário seja isento de IR sobre esses valores, o tributo é cobrado das empresas que auferiram os lucros ou distribuíram dividendos.

No relatório, Lúcia Vânia sugere mais uma mudança, para permitir a divulgação de dados fiscais de beneficiários de programas do governo. O órgão responsável pelo programa confirmaria com a Receita se uma informação prestada pelo cidadão para ter acesso ao benefício é verdadeira ou não.

O destaque de Lúcia Vânia precisa de 41 votos para ser aprovado. Se o quorum não for alcançado, a redação original do projeto de Randolfe, já aprovado pelo Plenário, segue para a Câmara.

Congresso Nacional analisa dois vetos em sessão amanhã

O Congresso Nacional deve retomar amanhã, às 14h, a análise de dois vetos feitos por Michel Temer em projetos recentemente aprovados pelos parlamentares.

O primeiro deles é o veto total ao PLC 58/2016, projeto que federaliza trecho da rodovia entre as cidades de Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC). São 161 quilômetros da estrada conhecida como Rota das Neves, por interligar a Serra Gaúcha com a Serra Catarinense. O percurso reduz em cerca de 120 quilômetros a ligação entre as duas regiões.

Pelo texto, o trecho passa a integrar o Sistema Rodoviário Federal (Plano Nacional de Viação — Lei 5.917, de 1973). Ou seja, a construção, a manutenção, a operação e a administração da infraestrutura dessa rodovia passariam a ser responsabilidade do governo federal.

Temer alega que a rodovia não atende os requisitos para a federalização, que são regulados pelo Sistema Nacional de Viação (Lei 12.379, de 2011), e acrescenta que

a descentralização administrativa é uma das diretrizes da legislação e da política do setor de transportes.

O trecho da rodovia em análise começa no entroncamento com a BR-285, em Bom Jesus, atravessa a divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, passa pelas cidades catarinenses de São Joaquim e Urubici e continua até o entroncamento com a BR-282, que fica a 9 quilômetros de Bom Retiro.

Incentivo à informática

Também pode ser concluída a análise do veto parcial à Lei 13.674, de 2018, que autoriza empresas de tecnologia da informação e da comunicação a investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, como contrapartida ao recebimento de isenções tributárias (VET 19/2018). Será analisado o veto ao enquadramento, entre os gastos passíveis de benefício, daqueles relativos à modernização da infraestrutura física e laboratorial das empresas.

Segundo o artigo em análise,

esses gastos podem chegar a até 20% do total. Mas para o governo, “não é razoável que gastos relativos à administração, por não guardarem consonância direta com os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, sejam ensejadores de incentivo tributário”.

Esse artigo foi incluído na então MP 810/2017, que originou a lei, por sugestão do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM). Ele alega que setores de alta complexidade, como o de informática, exigem diversos instrumentos formais e materiais de experimentação (os laboratórios), como forma de promover inovação, capacitação e compartilhamento de conhecimentos. Ele argumenta que a administração de uma rede complexa de pesquisa e desenvolvimento requer apoio de setores técnicos, administrativos e financeiros, e de tecnologia da informação.

Além dos vetos, a pauta do Congresso prevê a votação de textos sobre orçamento.

Políticas públicas para primeira infância serão debatidas hoje na Comissão Senado do Futuro

A Comissão Senado do Futuro (CSF) fará audiência pública hoje, às 18h, para debater as políticas públicas voltadas à primeira infância. Será a oitava audiência do ciclo de debates “2022: o Brasil que queremos”.

Preservação do ambiente familiar, garantias para uma educação de qualidade e atenção básica à saúde para as crianças, do nascimento aos 6 anos de idade, serão algumas das questões abordadas por senadores e especialistas.

O pedido para o debate é do senador Hélio José (Pros-DF), presidente do colegiado. No início do ano, foi aprovado um requerimento para a realização das reuniões temáticas. A comissão já debateu, entre outros, assuntos relacionados a energias renováveis, qualidade de vida nas metrópoles, fronteiras na educação, políticas ambientais e empreendedorismo.

Para a audiência de hoje, foram convidados os professores da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Márcio Junqueira Lisboa, fundador da Faculdade de Medicina, e Dioclécio Campos Júnior, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, o assessor da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (Omeq) Vital Didonet e o doutorando em ciências políticas da UnB Eduardo Chaves.

Combate a Lampião quase entrou na Constituição de 34

Morte do rei do cangaço completa 80 anos neste mês. Documentos mostram que bandidos do sertão foram tema recorrente de discussões no Senado e na Câmara

Ricardo Westin

AO LONGO DAS décadas de 1920 e 1930, Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, espalhou o terror pelo Nordeste. Com seu bando, percorreu o sertão atacando vilas, matando inocentes, saqueando mercearias, achacando fazendeiros, roubando gado, trocando tiros com a polícia.

A carreira do criminoso brasileiro mais célebre de todos os tempos chegou ao fim há 80 anos. Descoberto numa fazenda em Sergipe, Lampião foi morto pela polícia a tiros de metralhadora, ao lado de outros dez cangaceiros, incluindo Maria Bonita, sua companheira. Até o *New York Times* deu a notícia do histórico 28 de julho de 1938.

Os senadores e os deputados da época olhavam o cangaço com preocupação. Documentos guardados nos Arquivos do Senado e da Câmara mostram que os parlamentares trataram do tema na tribuna em inúmeras ocasiões. Em 1926, o senador Pires Rebello (PI) discursou:

— Quem vive nesta capital da República [Rio], poderá achar que o governo tem feito a felicidade completa dos brasileiros. Ofuscados pelos brilhos da luz elétrica, é natural que os cariocas não saibam que naquele vasto interior existem populações aquadrilhadas fora da lei que zombam da Justiça e ridicularizam governos.

Muitos cangaceiros haviam assustado o Nordeste antes de Lampião, como Cabeleira, Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino e Sinhô Pereira, mas nenhum foi tão temido quanto o rei do cangaço. As investidas de Lampião eram tão brutais que, na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, deputados nordestinos — a Assembleia não teve senadores — redigiram cinco propostas para que a nova Constituição prevísse o combate ao cangaço como obrigação do governo federal.

A repressão cabia às volantes, ba-



Com seu bando de cangaceiros, Lampião aterrorizou o sertão nas décadas de 1920 e 1930

talhões itinerantes das polícias dos estados. O que parte dos constituintes desejava era que o Exército reforçasse a ação das volantes. O deputado Nogueira Falcão (BA) afirmou:

— Os Lampiões continuam matando, roubando, depredando, desvirginando crianças e moças e ferreteando-lhes o rosto e as partes pudendas sem que a União tome a menor providência. Os estados por si sós, desajudados do valioso auxílio federal, jamais resolverão o problema.

Justiça privada

O deputado Teixeira Leite (PE) lembrou que os governos estaduais eram carentes de verbas, armas e policiais:

— A força policial persegue os bandoleiros, prende-os quando pode e mata-os quando não morre. Hostilizados de todos os lados, recolhem-se à caatinga e se tem a impressão de que o bando se extinguiu. Mera ilusão. O vírus entrou apenas num período de latência. Cessada a perseguição, os

facínoras repontam mais violentos e sequiosos de sangue e dinheiro, apavorando os sertanejos e a polícia.

Leite explicou por que seria diferente com o Exército em campo:

— Que bando se atreveria a aproximar-se de uma zona onde estacionassem tropas do Exército, com armas modernas, transportes rápidos e aparelhos eficientes de comunicação?

Outra vantagem era que as tropas federais podiam transitar de um estado a outro. As estaduais não tinham tal liberdade — e os cangaceiros tiravam proveito disso. Uma vez encurralados em Alagoas, por exemplo, os bandidos escapavam para Sergipe, Bahia ou Pernambuco, estados nos quais as volantes alagoanas não podiam atuar.

Nenhuma das propostas que davam responsabilidade ao governo federal vingou, e a Constituição de 1934 entrou em vigor sem citar o cangaço.

— Na nova Constituição, vamos invocar o nome de Deus. Vamos também constitucionalizar Lampião? — ironizou o deputado Antônio Covello (SP).

Para o deputado Francisco Rocha (BA), o cangaço exigia “remédio social”, e não “remédio policial”:

— As causas do cangaceirismo são a falta de educação, estrada e justiça e a organização latifundiária preservando quase intactas as antigas sesmarias coloniais, para não mencionar a estúpida ação policial dos governos.

Segundo o jornalista Moacir Assunção, autor de *Os Homens que Mataram o Facinora*, sobre os inimigos de Lampião, o cangaço surgiu na Colônia e tinha a ver com o isolamento da região:

— O sertão ficava separado do litoral e mantinha uma ligação muito tênue com Lisboa e, depois, com o Rio. O que prevalecia não era a justiça pública, mas a justiça privada. Era com sangue que o sertanejo vingava as ofensas. Muitos aderiram ao cangaço em razão de brigas de família ou abusos das autoridades. Uma vez cangaceiros, executavam a vingança contando com a proteção e a ajuda do bando.

Lampião entrou no cangaço após a morte de seu pai pela polícia, em 1921.

— O cangaceiro não era herói. Era bandido mesmo — esclarece Assunção. — A aura de herói tem a ver com um atributo valorizado pelo sertanejo do passado: a valentia. O cangaceiro enfrentava a polícia sem medo, de peito aberto. Isso era heroísmo.

Em 1935, com a nova Constituição já em vigor, o senador Pacheco de Oliveira (BA) apresentou um projeto de lei que destinaria 1,2 mil contos de réis aos estados para repressão ao cangaço. O dinheiro sairia do orçamento da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, responsável pela abertura de açudes, poços e estradas no sertão.

A grande preocupação de Oliveira eram os criminosos que atacavam os trabalhadores e atrasavam as obras.

— Um engenheiro avisou sobre o risco que corria seu pessoal. Como não lhe chegassem recursos, lançou mão do único expediente que lhe era praticável: armou os trabalhadores.

Os cangaceiros matavam os operários por terem ciência de que a chegada do progresso ao sertão colocaria em risco o futuro das quadrilhas nômades.

Amigo de coronéis

O historiador Frederico Pernambucano de Mello, autor de *Quem Foi Lampião*, diz que havia motivos não confessos para que o governo federal e os estados pouco fizessem para acabar com o bandido de uma vez por todas:

— Lampião vivia fora da lei, mas mantinha excelente relacionamento com os poderosos. Era protegido por coronéis e políticos. O governador de Sergipe, Eronildes Ferreira de Carvalho, tinha amizade com Lampião e lhe fornecia armamento e munição.

A boa vida de Lampião acabou quando Getúlio Vargas deu o golpe de 1937 e instaurou o Estado Novo. Uma das bandeiras da ditadura era a modernização do país. Nesse novo Brasil, que deixaria de ser agrário para se tornar urbano e industrial, o cangaço era uma mancha a ser apagada.

A gota d’água foi um documentário mudo que revelou ao país a rotina do bando de Lampião na caatinga. O que se via eram cangaceiros alegres, bem vestidos e com joias. Nem pareciam fugitivos. Sentindo-se afrontado, Vargas ordenou aos governadores do Nordeste que parassem de fazer vista grossa e aniquilassem o rei do cangaço.

Assim se fez. Lampião e seus subordinados foram mortos e decapitados em 1938, e o governo expôs as cabeças em cidades do Nordeste. Bandidos de outros grupos correram para se entregar, de olho na anistia prometida a quem delatasse companheiros. Corisco, o último dos pupilos de Lampião, foi morto em 1940, e o cangaço enfim se tornou passado.

Colaboração: Celso Cavalcanti, da Rádio Senado

Veja trechos do filme dos anos 1930 que mostra Lampião: <http://bit.ly/ArquivoSLampiao>



Jornal noticia fim de Lampião e publica foto de vítima do bando marcada com ferro em brasa

ATHOS BULCÃO

O ARTISTA DE BRASÍLIA

Homem que transformou a capital do país num museu de arte a céu aberto completaria 100 anos de idade hoje. Suas criações, incluindo os célebres azulejos modernistas, exalam mais frescor do que nunca e continuam conquistando admiradores



Athos humanizou obras de Niemeyer

Brasília guarda 260 obras do artista, que entrou para a história como expoente da integração entre arte e arquitetura

Ricardo Westin

LÚCIO COSTA traçou as ruas, praças e superquadras de Brasília. Oscar Niemeyer projetou os edifícios e palácios da nova capital. A tarefa de humanizar a cidade que nascia do zero no Planalto Central coube a Athos Bulcão, que por ela espalhou azulejos com cores vibrantes e linhas geométricas simples, elegantes e lúdicas. Athos, o artista de Brasília, completaria hoje 100 anos. O Congresso fará amanhã uma sessão para homenageá-lo.

Seus painéis surgem em palácios do governo, ministérios, tribunais, igrejas, escolas, hospitais e até prédios residenciais. Eles também estão no aeroporto, no mercado de flores, no grande teatro e no principal parque de Brasília. É difícil encontrar um espaço público que não tenha passado pelas mãos do artista. Athos deixou mais de 260 obras na capital.

— Eu começo a desenhar e, de repente, surge uma coisa que eu não tinha imaginado. A criação é mesmo misteriosa. Eu também acredito em disciplina, no “vai lá e faz”. Fico imaginando quanta coisa as pessoas poderiam fazer e não fazem — disse ele certa vez.

Foi desse trabalho, mistura de naturalidade com dedicação, que nasceram alguns dos símbolos que hoje definem o imaginário de Brasília, como a pomba e a estrela (dos azulejos da Igrejinha) e as folhas espalhadas pela ventania (do painel da Câmara dos Deputados).

O artista era carioca, mas deixou o Rio quando foi convidado por Niemeyer para fazer parte da equipe que ergueria a nova capital. De seus 90 anos de vida, 50 foram passados em Brasília. No dia 31, fará uma década que ele morreu.

Brasília foi a grande tela em branco de Athos, mas ele também deixou sua marca em cidades como Rio, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Natal e Recife. As embaixadas brasileiras na Argentina, na Nigéria, na Índia e em Cabo Verde têm obras do artista.



PAULISSON MOURA



PILLAR PEDREIRA/AGÊNCIA SENADO



PILLAR PEDREIRA/AGÊNCIA SENADO



AGÊNCIA SENADO

A capital federal é pródiga em obras de Athos Bulcão tanto em espaços públicos quanto em ambientes privados

Athos merece um capítulo só seu na história da arte. Primeiro, porque ele mergulhou na secular azulejaria barroca portuguesa e, com atrevimento e maestria, conseguiu transportá-la para o modernismo brasileiro. Depois, porque foi o artista brasileiro que melhor soube fazer a integração da arte com a arquitetura.

Isso significa que a arte não entra no prédio só depois que ele está pronto, como um quadro que pode ser colocado em qualquer parede, ao gosto do dono do espaço. Athos e Niemeyer trabalharam juntos para que a obra artística e a construção fossem uma coisa só, amalgamadas de modo orgânico, inseparáveis.

É por causa da integração da arte com a arquitetura que não dá para imaginar a Igrejinha ou o Salão Verde da Câmara sem seus azulejos. Caso as paredes estivessem simplesmente pintadas, os dois espaços não teriam o mesmo encanto.

— A parceria entre

Athos e Niemeyer rendeu uma dupla tão afinada quanto Tom Jobim e Vinícius de Moraes, Jorge Amado e Carybé — compara o estilista Ronaldo Fraga. — Athos imprimiu um olhar de criança na sisudez da arquitetura modernista.

A integração, porém, tem um efeito colateral:

muitos acreditam que os painéis de azulejo foram feitos pelo próprio Niemeyer.

— Athos era tão generoso que não se importava com isso. Nem sequer assinava os painéis. O importante era que a arte fizesse parte da estrutura do prédio e criasse um ambiente especial e prazeroso — explica Marília



FUNDAÇÃO ATHOS BULÇÃO

Athos orienta montagem de painel: operários eram coautores das obras

Panitz, curadora, crítica de arte e professora aposentada do Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

A generosidade também se via na relação com os pedreiros que assentavam os azulejos. Em alguns painéis, Athos deu liberdade para que eles dispusessem as peças como bem entendessem, transformando-os em coautores das obras de arte.

Athos era um artista polivalente. Além de azulejos, produziu pinturas, desenhos, fotomontagens, capas de disco e revista, máscaras, figurinos de teatro e painéis divisórios e acústicos.

Os hospitais da Rede Sarah são resultado da parceria de Athos com o arquiteto João Filgueiras, o Lelé. Neles, localizados em várias capitais do país, o artista se recusou a empregar os tons apagados e tristes que são típicos do ambiente hospitalar. Escolheu formas e cores que atijam a imaginação. Para ele, a alegria era um remédio essencial para a recuperação dos pacientes.

Para o Plenário do Supremo Tribunal Federal, optou pela sobriedade. O painel de mármore que ocupa toda a parede principal compõe-se de nichos triangulares escavados na pedra, sempre do mesmo tamanho, lembrando que todas as pessoas são iguais perante a lei.

Ao projetar o Teatro Nacional, em Brasília, Niemeyer desafiou Athos a pensar numa fachada ao mesmo tempo leve e pesada. O artista descartou os azulejos e apostou no jogo entre luz e sombra. A fachada, então, recebeu cubos de concreto de diversos tamanhos. Iluminados pelo sol, eles criam sombras que se movem no decorrer do dia, mudando o aspecto da fachada.

Diz a secretária-executiva da Fundação Athos Bulcão, Valéria Cabral:

— O grande legado que o professor Athos nos deixou foi tirar a obra de dentro do museu e colocá-la na rua para que todos pudessem admirá-la. Ele gostava de oferecer sua arte para a população. Isso também é generosidade.

Artista é onipresente no Congresso

Athos deixou perto de 20 obras na sede do Legislativo, incluindo o revestimento metálico do teto do Plenário do Senado

ENTRE OS edifícios oficiais de Brasília, o Congresso Nacional é particularmente privilegiado no quesito arte. O prédio abriga dezenas de obras de artistas como Alfredo Ceschiatti, Burle Marx, Di Cavalcanti e Marianne Peretti. Nenhum deles, porém, é tão onipresente nas alas públicas do Congresso quanto Athos Bulcão. Existem perto de 20 painéis de Athos divididos entre o Senado e a Câmara.

O Athos mais famoso do Congresso são os azulejos que recobrem a extensa parede do jardim interno do Salão Verde, a movimentada área da Câmara pela qual circulam deputados, servidores e cidadãos e onde os repórteres de TV gravam suas reportagens.

O painel se compõe de quatro tipos de azulejo, sendo três com formas geométricas azuis sobre um fundo branco e o quarto completamente branco. As peças estão dispostas de forma aleatória, quase caótica, o que insinua uma cena de folhas sendo carregadas pela ventania. Os azulejos combinam perfeitamente com as



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



RODRIGO VIANA/COMAP SENADO



RODRIGO VIANA/COMAP SENADO



GERALDO MAGEIA/AGÊNCIA SENADO

Athos aparece (em sentido horário) no Plenário do Senado, na escola de governo da Câmara e nos Salões Verde e Negro

plantas do jardim, projetado por Burle Marx.

— Esse espaço não é pesado, embora nele se discutam as grandes questões nacionais. O desenho que Athos fez no painel dá a sensação de que o ar está entrando no ambiente e permitindo que as pessoas

respirem — afirma a curadora e crítica de arte Marília Panitz.

Athos deixou painéis de azulejo no posto de saúde e na escola de governo da Câmara e também no prédio do Programa Interlegis, no Senado.

Outra imagem icônica

do Congresso são os painéis de barras paralelas de metal que se localizam no ponto mais alto dos dois Plenários. Eles também foram projetados por Athos. Bem no centro do painel do Plenário do Senado estão instalados um crucifixo e o busto de Ruy Barbosa.

Ainda no Senado, são criação do artista plástico as 150 mil plaquinhas metálicas que revestem o teto arredondado do Plenário e dão forma a um verdadeiro monumento. A função das placas não é meramente estética. Elas potencializam a luminosidade e melhoram a acústica do ambiente.

São de Athos o painel em mármore branco e granito preto do Salão Negro do Congresso, a parede divisória vazada do Salão Verde da Câmara e o painel de madeira laqueada vermelha do Museu do Senado.

O artista plástico Alex Flemming explica por que os prédios oficiais de Brasília são tão generosos em obras de arte como as de Athos Bulcão:

— Os palácios são, antes de tudo, símbolos de poder. O poder pode estar evidenciado não apenas na parte de fora, por meio da arquitetura, mas também no interior dos palácios, por meio da exposição dos tesouros artísticos que a instituição ou o governante possui. Foi assim em Persépolis e é assim em Brasília.

Vocação fez Athos trocar o Rio por Brasília e a medicina pela arte

Foi por pouco que Athos Bulcão não se tornou o doutor Athos.

Aos 18 anos, cedendo ao desejo do pai, ele se matriculou na Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói (RJ). Aguentou o curso o máximo que pôde. No terceiro ano, a vocação falou mais alto e Athos trocou a medicina pela arte.

— A única coisa da qual ele gostava na faculdade eram as aulas de anatomia, porque era quando podia desenhar — conta a secretária-executiva da Fundação Athos Bulcão, Valéria Cabral.

O artista nasceu no Rio de Janeiro, a capital do país, em 2 de julho de 1918, às vésperas da eclo-

são da 1ª Guerra Mundial. O excêntrico nome Athos foi uma homenagem a um dos três mosqueteiros do romance de capa e espada de Alexandre Dumas.

Após abandonar a escola médica, Athos passou a frequentar o circuito artístico do Rio e tornou-se amigo de figuras como os pintores Carlos Scliar e Candido Portinari, o paisagista Burle Marx e o arquiteto Oscar Niemeyer.

Em 1945, ele fez estágio no ateliê de Portinari e foi seu assistente na execução do painel de azulejos da igreja da Pampulha, em Belo Horizonte. Foi com o mestre que aprendeu o segredo das cores.

Em 1957, aceitou o convite de Niemeyer para

participar da construção dos prédios de Brasília. Athos era funcionário do Ministério da Educação e Cultura e, para atuar no canteiro de obras montado no Planalto Central, foi emprestado à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

Ao lado de Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa, Athos Bulcão é considerado um dos “pais” de Brasília. Dos três, foi o único que adotou a cidade. O carioca virou brasileiro. O que mais o fascinou foi o céu da capital:

— O que era lindo é que o céu era escuro e parecia um manto cintilante, com uma lanterna ao lado da outra. Aquilo parecia que ia cair na cabeça



FUNDAÇÃO ATHOS BULÇÃO

Athos e Niemeyer, parceiros na integração da arte com a arquitetura

da gente de tanta estrela.

Athos gostava de ser chamado de “professor”. Sua carreira docente, no entanto, foi breve. Ele deu aula no Instituto Central de Artes da Universidade de Brasília (UnB) entre 1963 e 1965. Pediu demissão, ao lado de outros 300 professores, em protesto contra abusos da ditadura. Em 1988, graças à Lei da Anistia, foi readmitido na UnB e lecionou por outros

dois anos, até se aposentar.

O artista continuou produzindo até meados dos anos 2000. Debitado pelo mal de Parkinson, sofreu uma parada cardiorrespiratória e morreu em 31 de julho de 2008, quatro semanas depois de completar 90 anos. Athos estava internado no Hospital Sarah — um dos tantos espaços de Brasília que ele havia iluminado com seus traços e cores.

Obras mais populares do que nunca

Ícones de Athos Bulcão viajam o mundo pelas redes sociais e ganham novas leituras de artistas contemporâneos

ATHOS BULÇÃO estreou em Brasília com o célebre painel azul da Igreja Nossa Senhora de Fátima, formado pela alternância de apenas dois tipos de azulejo: um com a pomba do Espírito Santo e o outro com a estrela que guiou os reis magos até o menino Jesus. A Igreja foi aberta em junho de 1958.

Aos 60 anos, os ícones do painel inaugural de Athos na capital federal não dão sinais de cansaço. O mesmo vale para as obras posteriores espalhadas pela cidade, que também parecem exalar mais frescor do que nunca.

Os celulares conectados à internet têm ajudado nisso. Não é difícil encontrar jovens diante dos azulejos da Igreja tirando fotos de si próprios que serão postadas nas redes sociais e curtidas pelos amigos. Buscando a *selfie* perfeita, eles também recorrem aos murais do mezanino da Torre de TV e das paradas de descanso



Pai e filha posam para foto na Igreja, e o azulejista mineiro Alexandre Mancini mostra obra inspirada em Athos



DIVULGAÇÃO

do Parque da Cidade. São fotos que fazem Athos viajar o Brasil e o mundo.

Recentemente, a marca brasileira de roupas Dane se lançou uma coleção de camisetas estampadas com desenhos de Athos. A Fundação Athos Bulcão vende canecas, capas de celular e até joias com ícones do artista. A agência de turismo Experimente Brasília, por sua vez, oferece a rota dos azulejos, um passeio que leva visitantes brasi-

leiros e estrangeiros aos principais painéis de Athos na capital.

— Athos está para Brasília da mesma forma que Gaudí está para Barcelona — compara Patrícia Herzog, fundadora da Experimente Brasília.

Inúmeros artistas contemporâneos anunciam com orgulho que têm Athos Bulcão como inspiração. Entre eles, estão os azulejistas Felipe Cavalcante, Pedro Ivo Verçosa, João Henrique

Cunha Rego, Lígia de Me-deiros e Alexandre Mancini.

— O nome Athos Bulcão carrega as iniciais AB, as mesmas de azulejaria brasileira e arte brasileira. Guardo uma gratidão profunda e interminável por ele — afirma Mancini.

A reverência também se vê na cultura popular. Desde 2013, um dos blocos de Carnaval que saem pelas ruas de Brasília é o Rejunta Meu Bulcão, seguido por foliões que se fantasiam das

inconfundíveis formas geométricas do artista.

Nas escolas públicas do Distrito Federal, a vida e a obra de Athos são conteúdo obrigatório das aulas de artes nas séries iniciais do ensino fundamental.

Há professores de matemática que, pelo caráter lúdico, recorrem aos azulejos do mestre para ensinar às crianças os ângulos, as formas geométricas e os cálculos do perímetro e da área. Diz João Felipe de Azevêdo, de 13 anos, estudante do Centro de Ensino Fundamental Athos Bulcão, em Brasília:

— Quando vi os painéis do Athos, tive a sensação de que qualquer um seria capaz de fazê-los. Só descobri que dá muito, muito trabalho depois que a professora nos pediu que criássemos na cartolina nossos próprios murais. Eu suei para fazer essa atividade. O cara era bom mesmo!

Estilista levou Athos Bulcão à passarela da São Paulo Fashion Week

O estilista Ronaldo Fraga se apresentou na edição 2011 da São Paulo Fashion Week com uma coleção homenageando Athos Bulcão. As modelos percorreram a passarela trajando blusas, vestidos e saias com cortes e padronagens inspirados nos azulejos do artista plástico.

— Tenho muito orgulho dessa coleção. Foi a minha forma de reverenciar um dos nomes da cultura que ajudaram a forjar o Brasil moderno — ele afirma.

Fraga repetiu uma célebre estratégia de Athos. Da mesma forma que o artista confiou aos operários a organização dos azulejos em determinados painéis, o estilista deu liberdade às bordadeiras do interior de Pernambuco para que dispusessem as imagens nas rou-

pas como bem entendessem.

— Uma das coisas que mais marcantes do Athos era a generosidade de dizer aos operários: “A criação agora também é de vocês”.

O que mais o atrai na obra de Athos Bulcão?

O que acho mais genial é que o Athos consegue desconcertar pela simplicidade. Isso é coisa para poucos. Com traços reduzidos e poucas cores, ele dá ao espectador a sensação de estar vendo muito mais. Se você observa uma obra do Athos, fecha os olhos e depois lhe perguntam quantas cores há, é certo que a resposta vai ser: “mais de dez”. Quando você abre os olhos, vê que há duas cores, no máximo três. Só um gênio é capaz de fazer isso.

Como você o descobriu?

Lamento não tê-lo conhecido pessoalmente. Certa vez, numa viagem, fiz uma escala no aeroporto de Brasília. Enquanto esperava o voo, fiquei sentado diante de um painel de azulejos do Athos e me surpreendi com a alegria da arte dele. Aquilo despertou a minha curiosidade e comecei a pesquisar. Quando me dei conta, eu estava terrivelmente apaixonado pela obra dele. Parecia que o Athos era uma daquelas figuras da cultura brasileira sempre tinham feito parte da minha vida, como o Dorival Caymmi, o Candido Portinari e o Vinícius de Moraes. Ao mesmo tempo, fiquei assustado quando percebi o absurdo que era o nosso povo ter um artista tão extraordinário



AGÊNCIA FOTOSITE



AGÊNCIA FOTOSITE

Modelo desfila na SPFW com vestido que Ronaldo Fraga (acima) desenhou com traços do artista

e não saber absolutamente nada a respeito dele.

Ele ainda não tem o reconhecimento que merece?

Quando fui à Fundação Athos Bulcão, em Brasília, encontrei gente do mundo todo, designers japoneses e alemães, por exemplo, fazendo pesquisa sobre ele,

mas não vi brasileiro. O Brasil tem a mania de desdenhar dos grandes da sua cultura, de fingir que não os vê. Se você mostrar um painel do Athos a alguém, é quase certo que ele não vai saber quem é ou vai falar que é obra do “azulejista do Niemeyer”. O Athos foi bem mais que isso. Se é difícil imaginar Brasília sem a obra do Niemeyer, é impossível imaginar a obra do Niemeyer sem a arte do Athos.

JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal
CEP 70.165-920, Brasília - DF
www.senado.leg.br/jornal • jornal@senado.leg.br
Twitter: @SenadoFederal
facebook.com/SenadoFederal
Telefone: 0800 61 2211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral:
Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

ATHOS BULÇÃO

Reportagem e edição: Ricardo Westin
Coordenação: Nelson Oliveira
Diagramação: Claudio Portella | Pesquisa de
fotos: Braz Felix e Pillar Pedreira
Revisão: Tatiana Beltrão, Pedro Pincer e Maurício Müller